

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0081-11, DE 11 DE JULHO DE 2011.**

Altera a Lei Municipal nº 3.765, de 14 de junho de 2011.

Art. 1º Dá nova redação ao § 2º do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.765, de 14 de junho de 2011:

***“§ 2º Além do vencimento do cargo, integra o cálculo do provento o valor integral da gratificação, desde que cumprido os prazos previstos no parágrafo anterior e o servidor estiver no exercício das funções de controlador interno por ocasião da aposentadoria e desde que tenha havido contribuição previdenciária.”***

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 3.765, de 14 de junho de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 11 DE JULHO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0081-11, DE 11 DE JULHO DE 2011.**

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição de 1988 estabeleceu nos artigos 31, 70 e 74, que as administrações públicas devem manter Sistemas de Controle Interno para exercerem, em conjunto com o Controle Externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das entidades que compõem a administração direta e indireta.

As gratificações de função ou função gratificada previstas nas Leis Municipais de Itaqui, Regime Jurídico Único e Planos de Carreiras dos servidores, preveem que após cumprimento de um lapso temporal serão incorporadas na remuneração do servidor. Visando igualar as demais previsões legais, busca-se viabilizar o tratamento igualitário aos membros do Controle Interno que percebem gratificação para o exercício desta função, possibilitando que cumprido o lapso temporal de cinco anos consecutivos ou dez intercalados e desde que estejam no exercício da função de controladores, incorporem o valor integral no ato da aposentadoria.

Ainda, estes servidores, enquanto designados para exercer as funções no Controle Interno possuem responsabilidade solidária com o Prefeito só podendo trabalhar no cargo ou função que exercem para a Administração, sendo-lhe vedado o desempenho de suas atividades profissionais para o particular.

Assim, nada mais justo que a Lei preveja a possibilidade de incorporar o valor integral da gratificação por dedicação integral (art. 4º, da Lei Municipal nº 2.073/94) no ato da aposentadoria após longos anos de serviços prestados, com exclusividade, ao Município, a exemplo do que ocorre com a função gratificada-FG, nos termos do art. 208 da Lei Municipal nº 1.751/90.

Feita as devidas justificativas, encaminhamos o presente projeto a essa Casa Legislativa, para a devida apreciação e aprovação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 11 DE JULHO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito